



# Banco Bandepe S.A.

CNPJ nº 10.866.788/0001-77

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:**  
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco Bandepe S.A. (Bandepe) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

**Mercado de Atuação**  
O Bandepe Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento.

**Patrimônio Líquido e Resultado**  
Em 31 de dezembro de 2023 o lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R\$ 473 milhões,

aumento de 7,65% em relação ao mesmo período acumulado do ano anterior. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 5.712 milhões.

**Ativos e Passivos**  
Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R\$ 17.860 milhões, destacando-se R\$17.647 milhões por Títulos e Valores Mobiliários. No passivo destaca-se R\$ 11.769 milhões por Depósitos Interfinanceiros.

**Auditoria Independente**  
A política de atuação do Bandepe na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer

serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

O Bandepe informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, O Bandepe confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 26 de março de 2024  
**A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo Circulante e Não Circulante</b>		<b>17.860.256</b>	<b>26.620.285</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>17.651.419</b>	<b>26.302.776</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 e 5	4.825	414.081
Títulos e Valores Mobiliários	6	17.646.583	25.888.683
Outros Ativos Financeiros		11	12
<b>Outros Ativos</b>	<b>8</b>	<b>198.920</b>	<b>228.383</b>
<b>Ativos Fiscais</b>	<b>7</b>	<b>9.917</b>	<b>89.126</b>
Correntes		4.965	4.531
Diferidos		4.952	84.595
<b>Investimentos</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Outros Investimentos		1	1
<b>Total do Ativo</b>		<b>17.860.256</b>	<b>26.620.285</b>

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2023	32/12/2022
<b>Passivo Circulante e Não Circulante</b>		<b>12.148.120</b>	<b>21.083.764</b>
<b>Depósitos</b>		<b>11.768.586</b>	<b>20.716.730</b>
Depósitos	9 e 13.c	11.768.586	20.716.730
<b>Outros Passivos</b>	<b>10</b>	<b>145.864</b>	<b>266.936</b>
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais		11	9.433
Outras Provisões		10	431
Diversos		10	136.000
<b>Passivos Fiscais</b>	<b>7.b</b>	<b>233.670</b>	<b>100.098</b>
Correntes		232.816	99.924
Diferidos		854	174
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>12</b>	<b>5.712.136</b>	<b>5.536.521</b>
Capital Social	12.a	4.787.689	4.787.689
Reservas de Lucros		923.506	750.638
Ajustes de Avaliação Patrimonial		941	(1.806)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>17.860.256</b>	<b>26.620.285</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>4.787.689</b>	<b>198.976</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	423.397
Lucro Líquido		-	-
Destinações:		-	-
Reserva Legal	12.c	-	21.963
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	53.151
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	53.151
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>4.787.689</b>	<b>220.939</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>21.963</b>	<b>106.302</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>4.787.689</b>	<b>220.939</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	2.747
Lucro Líquido		-	-
Destinações:		-	-
Reserva Legal	12.c	-	23.643
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	144.613
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	144.612
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>4.787.689</b>	<b>244.582</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>23.643</b>	<b>149.225</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>		<b>4.787.689</b>	<b>232.084</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-
Lucro Líquido		-	-
Destinações:		-	-
Reserva Legal	12.c	-	12.498
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	38.739
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	38.739
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>4.787.689</b>	<b>244.582</b>
<b>Mutações no Semestre</b>		<b>12.498</b>	<b>77.478</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
<b>1. Contexto Operacional</b>			
O Banco Bandepe S.A. (Bandepe), controlado pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), constituído na forma de sociedade anônima, opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento. As operações do Bandepe são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados entre as instituições são absorvidos entre as mesmas e realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.			
<b>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras</b>			
a) <b>Apresentação das Demonstrações Financeiras</b> As demonstrações financeiras do Bandepe foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). O Bandepe é controlado pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do Capital Social da do Bandepe (Nota 13.a). As normas do Bacen preveem a apresentação de demonstrações consolidadas, não obstante, o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros. A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 26 de março de 2024.			
b) <b>Novas normas emitidas com vigência futura</b> A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Bandepe. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Bandepe está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Metas e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. O cronograma do Plano de Implementação está sendo baseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório. A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Bandepe está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.			
c) <b>A Moeda Funcional e Moeda de Apresentação</b> As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Bandepe.			

**3. Principais Políticas Contábeis**  
a) **Caixa e Equivalentes de Caixa**  
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.  
b) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**  
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.  
c) **Títulos e Valores Mobiliários**  
Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:  
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;  
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e  
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.  
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.  
d) **Investimentos**  
Os investimentos em sociedades coligadas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.  
e) **Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**  
O Bandepe é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.  
As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.  
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.i) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.  
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com precisão razoável. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.  
No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Bandepe, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.  
f) **Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)**  
O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias.  
g) **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**  
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização

e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.  
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao exercício em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.  
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.  
h) **Redução ao Valor Recuperável de Ativos**  
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.  
i) **Juros sobre Capital Próprio**  
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.  
j) **Resultados Recorrentes/Não Recorrentes**  
Resultado não corrente do exercício é aquele que:  
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e  
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.  
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 17.  
k) **Eventos Subsequentes**  
Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:  
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e  
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
<b>Disponibilidades</b>			<b>561</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>4.825</b>	<b>414.081</b>	<b>46.272</b>
Aplicações no Mercado Aberto	4.825	414.081	46.272
<b>Total</b>	<b>4.825</b>	<b>414.081</b>	<b>46.833</b>

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais e saldos finais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			
	Até 3 Meses	31/12/2023	31/12/2022
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>			
Posição Bancada	4.825	4.825	414.081
Letras do Tesouro Nacional - LTN (Nota 13.c)	4.825	4.825	414.081
<b>Total</b>	<b>4.825</b>	<b>4.825</b>	<b>414.081</b>

6. Títulos e Valores Mobiliários			
I) Resumo da Carteira por Categorias			
	31/12/2023	31/12/2022	
<b>Valor do Custo Amortizado</b>	<b>17.644.787</b>	<b>2.067</b>	<b>1.796</b>
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>17.644.787</b>	<b>2.067</b>	<b>1.796</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>2.067</b>	<b>-</b>	<b>2.067</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.067	-	2.067
<b>Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>17.642.720</b>	<b>1.796</b>	<b>17.644.516</b>
Fundo Multimercado (1)	17.610.914	-	17.610.914
Fundo Imobiliário (2)	30.855	1.796	33.602
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>17.644.787</b>	<b>1.796</b>	<b>17.646.583</b>
<b>II) Abertura por Vencimento</b>			
	Sem Vencimento	De 1 a 3 anos	31/12/2023
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>			
Títulos Públicos	-	2.067	2.067
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	2.067	2.067
<b>Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>17.644.516</b>	<b>-</b>	<b>17.644.516</b>
Fundo Multimercado (1)	17.610.914	-	17.610.914
Fundo Imobiliário (2)	33.602	-	33.602
<b>Total</b>	<b>17.644.516</b>	<b>2.067</b>	<b>17.646.583</b>

7. Ativos e Passivos Fiscais			
a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos			
	31/12/2023	31/12/2022	
Ativos Fiscais Diferidos	4.965	4.531	84.595
Impostos e Contribuição a Compensar	9.917	89.126	89.126
<b>Total</b>	<b>4.965</b>	<b>89.126</b>	<b>89.126</b>

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos			
	Origens	Saldo em 31/12/2022	Const. em 31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	8.632	188.954	82.130
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa	1.420	-	346
Outras provisões e ajustes temporários	1.232	1.466	660
<b>Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>11.285</b>	<b>193.864</b>	<b>84.428</b>
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	670	670	167
<b>Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados</b>	<b>11.955</b>	<b>194.534</b>	<b>84.595</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>1.261.564</b>	<b>2.896.131</b>	<b>2.972.136</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.261.564	2.896.131	2.972.136
Despesas da Intermediação Financeira	(941.981)	(2.224.189)	(2.366.280)
Operações de Captação no Mercado	13.c	(941.981)	(2.224.189)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>319.573</b>	<b>671.942</b>	<b>605.856</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(8.951)</b>	<b>(74.267)</b>	<b>(28.317)</b>
Outras Despesas Administrativas	14	(2.433)	(4.253)
Despesas Tributárias	7.d	(14.990)	(31.883)
Outras Receitas Operacionais	15	14.380	203.495
Outras Despesas Operacionais	16	(5.908)	(241.626)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>310.622</b>	<b>597.675</b>	<b>577.539</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>	<b>310.622</b>	<b>597.675</b>	<b>577.539</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>7.c</b>	<b>(60.646)</b>	<b>(124.807)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(22.755)	(22.785)
Provisão para Contribuição Social		(1.211)	(27.882)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>249.976</b>	<b>472.868</b>	<b>439.265</b>
Nº de Ações (Mil)	12.a	3.589	3.589
Lucro por Lote de Mil Ações (em R\$)		69.650,60	131.754,81

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	



# Banco Bandepe S.A.

CNPJ nº 10.866.788/0001-77

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 11. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

#### a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.e).

#### b) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Cíveis		Fiscais	
	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
<b>Saldo Inicial</b>	-	-	193.558	182.483
Constituição Líquida de Reversão	44.003	12	(184.762)	113
Atualização Monetária <sup>(1)</sup>	-	-	637	11.182
Baixa por Pagamentos	(44.003)	(12)	-	(220)
<b>Saldo Final</b>	-	-	9.433	193.558
Depósitos em Garantia - Outros Créditos <sup>(2)</sup>	-	-	196.316	184.598
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	1.181	1.135

<sup>(1)</sup> Registrados em despesas tributárias e outras receitas/despesas operacionais.

<sup>(2)</sup> Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor das ações provisionadas e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

#### c) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

**PIS e COFINS** - R\$ 196.013 (31/12/2022- R\$184.321): O Bandepe ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas, que, antes da referida norma, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Em 2023, entretanto, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

#### d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações de natureza tributária com classificação de perda possível totalizaram R\$ 36.036 milhões.

**PIS e COFINS (JCP) Lei nº 12.973/14** - O principal processo de natureza tributária se refere a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, pretendendo a exigência de PIS e COFINS sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 31 de dezembro de 2023, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$ 15.637 milhões.

### 12. Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é composto por 3.589 mil ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

#### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

	Em Milhares de Reais		Reais por Ação Ordinária	
	Bruto	IRRF Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre Capital Próprio <sup>(1)</sup>	140.000	21.000	119.000	39,00
Juros sobre Capital Próprio <sup>(2)</sup>	160.000	24.000	136.000	44,58
<b>Total</b>	<b>300.000</b>	<b>45.000</b>	<b>255.000</b>	<b>83,58</b>

<sup>(1)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 23 de junho de 2023, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 22 de agosto de 2023 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023.

<sup>(2)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2023, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 29 de fevereiro de 2024 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023.

	Em Milhares de Reais		Reais por Ação Ordinária	
	Bruto	IRRF Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre Capital Próprio <sup>(1)</sup>	175.000	26.250	148.750	48,76
Juros sobre Capital Próprio <sup>(2)</sup>	50.000	7.500	42.500	13,93
Juros sobre Capital Próprio <sup>(3)</sup>	86.000	12.900	73.100	23,96
<b>Total</b>	<b>311.000</b>	<b>46.650</b>	<b>264.350</b>	<b>86,65</b>

<sup>(1)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2022, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 29 de julho de 2022 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022.

<sup>(2)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2022, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 31 de março de 2022 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022.

<sup>(3)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de dezembro de 2022, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 28 de fevereiro de 2023 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022.

#### c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

##### Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

##### Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações do Bandepe e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas as reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

### 13. Partes Relacionadas

#### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Bandepe realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores para o ano de 2023, no valor máximo de R\$10 mil. O Bandepe é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander. O Bandepe não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Planos de Aposentadoria Complementar.

#### b) Participação Acionária

O Bandepe é controlado pela Santander Leasing S.A. que possui participação acionária direta de 3.589 mil ações ordinárias equivalentes a 100,00% do capital social.

#### c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2023	31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>4.825</b>	<b>414.081</b>	<b>35.681</b>	<b>40.418</b>
Banco Santander (Brasil) <sup>(1)</sup>	4.825	414.081	35.681	40.418
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>17.610.913</b>	<b>25.229.824</b>	<b>2.855.852</b>	<b>387.137</b>
Santander Fundo de Investimento Diamantina				
Multimercado Crédito Privado	17.610.913	25.229.824	2.855.852	387.137
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>(11.768.586)</b>	<b>(20.716.730)</b>	<b>(2.224.189)</b>	<b>(2.366.280)</b>
Banco Santander (Brasil) <sup>(1)</sup>	(11.768.586)	(20.716.730)	(2.224.189)	(2.366.280)
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>(136.000)</b>	<b>(73.000)</b>	-	-
Santander Leasing S.A.				
Arrendamento Mercantil <sup>(3)</sup>	(136.000)	(73.000)	-	-
<b>Valores a Pagar Sociedades Ligadas (Nota 14)</b>	-	-	<b>(327)</b>	<b>(256)</b>
Banco Santander (Brasil) <sup>(1)(2)</sup>	-	-	(327)	(256)

### DIRETORIA

**Diretor Presidente**  
Luiz Masagão Ribeiro Filho

**Diretores Executivos**  
Ede Ilson Viani

**Diretor Vice-Presidente**  
Franco Raul Rizza

Alexandre Guimarães Soares

Carlos Aguiar Neto

Vanessa Alessi Manzi

Reginaldo Antonio Ribeiro

### Contadora

Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC nº 1SP - 256989/O-0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas  
Banco Bandepe S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

<sup>(1)</sup> Controlador da Leasing.

<sup>(2)</sup> As despesas referem-se a despesas administrativas Convênio Operacional.

<sup>(3)</sup> Controlador da Bandepe

### 14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Doações Entidades Filantrópicas	1.417	1.276
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 13.c)	327	256
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	487	241
Serviços do Sistema Financeiro	1.220	1.273
Seguros	52	52
Propaganda e Publicidade	460	73
Outras	290	1
<b>Total</b>	<b>4.253</b>	<b>3.172</b>

### 15. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atualização de Depósitos Judiciais	18.298	11.673
Atualização de Impostos a Compensar	435	1.065
Recuperação de Encargos e Despesas	-	3.465
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais <sup>(1)</sup>	184.762	-
Reversão de Provisões Operacionais - Outros	-	114
Outras	-	13
<b>Total</b>	<b>203.495</b>	<b>16.330</b>

<sup>(1)</sup> Reversão de Provisão PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98)

### 16. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 12.b)	-	113
Provisões Operacionais - Cíveis (Nota 12.b)	44.003	12
Atualização de Impostos	1.545	1.896
Obrigações de PIS e COFINS <sup>(1)</sup>	196.013	-
Outras	65	68
<b>Total</b>	<b>241.626</b>	<b>2.089</b>

<sup>(1)</sup> constituição da obrigação de PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98)

### 17. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 4.910/2021, o Bandepe aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

São Paulo, 28 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht

Contador CRC 1SP213429/O-7

